

**ITINERÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA CURRICULAR INTEGRADA PARA A EDUCAÇÃO  
BÁSICA BRASILEIRA  
(UM DIÁLOGO COM A CONAE 2013-2014 E COM A EXPERIÊNCIA CRIATIVA DAS  
COMUNIDADES ESCOLARES E SEUS PROJETOS PEDAGÓGICOS)**

Prof. Luiz Roberto Alves<sup>1</sup>

“O que proponho é um trabalho pedagógico que, a partir do conhecimento que o aluno traz, que é uma expressão da classe social à qual os educandos pertencem, haja uma superação do mesmo, não no sentido de anular esse conhecimento ou de sobrepor um conhecimento a outro. O que se propõe é que o conhecimento com o qual se trabalha na escola seja relevante e significativo para a formação do educando”. (Paulo Freire, *Educação na Cidade*, p.83)

“... a promoção e a ampliação do debate sobre a política curricular que orienta a organização da Educação Básica como sistema educacional articulado e integrado”. (Item V das idéias-força das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, CNE, 2010)

"... Ninguém aprende samba no Colégio" (Noel Rosa)

### **Breve introdução**

Neste tempo da nossa história, em que a agenda da educação das novas gerações penetra

---

<sup>1</sup> Professor e Pesquisador na Universidade Metodista de São Paulo e na USP. Membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Ex-Secretário de Educação das cidades de São Bernardo do Campo e Mauá, na Grande São Paulo.

Este estudo nasceu de uma proposta do autor na Conferência Livre realizada no dia 11 de março de 2013 no Conselho Nacional de Educação, Brasília, como parte dos trabalhos da Conae-2014. A proposta feita sugeriu enriquecimento do item 20 das proposições e estratégias do Eixo I e se desenvolveu com o presente estudo, submetido agora ao debate nacional na direção de uma efetiva Política Curricular para a Educação Básica Brasileira.

fundo nos diferentes espaços e segmentos da sociedade brasileira e há determinação institucional para o avanço, propor política curricular integrada para a educação básica significa localizar as experiências de apropriação e compartilhamento dos saberes humanos e sociais no centro do fazer educacional brasileiro. Significa fazer educação a partir das experiências múltiplas da nação e com vistas ao seu aperfeiçoamento, o que sugere um acordo federativo, republicano. Significa que as decisões curriculares da comunidade escolar responderão aos projetos do bem-comum, presentes na Constituição, nos documentos decorrentes, na pesquisa científica e nos atos políticos que conectam o país ao mundo. Assim, política curricular se define como o lugar que expressa, comunica e compreende a diversidade histórica acumulada pelo país, bem como a construção do seu futuro, incorporado na vivência cotidiana dos projetos pedagógicos de cada comunidade educacional.

A centralidade curricular, tratada como política, conecta todos os temas e valores da educação, evita fragmentar teorias e práticas, supera engessamentos do fazer e do saber e instaura na ideia de política a garantia dos direitos perenes dos sujeitos da educação, crianças, adolescentes, educadores/as e gestores/as. Por certo, tal conjunto de decisões curriculares será exercido por meio de diferentes suportes, dos indispensáveis livros aos necessários instrumentais eletrônicos, analógicos e digitais, presenciais e a distância, segundo as necessidades e competências locais e regionais, importando, de fato, a criatividade e a determinação coletivas. Essa centralidade não poderá ser determinada por este ou aquele grupo corporativo, por este ou aquele interesse, por esta ou aquela decisão decalcada a partir das relações globais. Muito menos fará da educação básica um instrumento para ranqueamentos (capazes de excluir), como bem assevera o Documento-Referência da Conae-2014, na linha dos grandes educadores que pensam o Brasil e a educação desde os anos de 1930. A política curricular integrada compreende e considera propostas e projetos de segmentos sociais, pois se realiza por representações sociais. No entanto, não restará dúvidas de que sua plena concretização é uma prática educacional brasileira, que concebe, implementa, avalia e provoca mudanças nos sujeitos, fazeres e saberes da relação ensino-aprendizagem. Numa política curricular, os diversos rostos do Brasil cotidiano, que ensinam e educam,

superarão quaisquer leituras redutoras.

### **Por que política integrada?**

Porque uma política socialmente integrada garante representações sociais. Sabe-se que ações de governo, quando pautadas pelo bem-comum, comportam necessariamente representações da sociedade, de que decorrem compromissos políticos. Dão-se, pois, ações comprometidas a favor da *polis*, o lugar onde agentes - pessoas, organizações e instituições - constroem políticas. Em consequência, edificam, expandem e instituem os agrupamentos cívicos. Aristóteles, especialmente em sua obra denominada **Política**, desenvolveu um conhecimento muito prático da política como obra pertinente ao bem-público e os muitos estudos que se seguiram ao dele deram corpo à política realizada em saúde, educação, bem-estar, habitação, cultura etc. Quando governos e governanças partem da compreensão profunda da condição humana e comprometem os diversos agentes públicos em um plano de ações que vai da concepção aos processos de avaliação e controle social, pode-se afirmar que ali se dá uma política pública integrada. Um exemplo é o conjunto de ações de governança denominado *Brasil sem Miséria*, a qual, a despeito de receber a denominação de Plano, é a mais acabada política de gestão integrada que se criou na história da nossa república.

Voltando a Aristóteles. A estreita associação que ele estabelece entre a instituição da política e o fazer educacional permite-lhe afirmar que nos lugares onde não se trata de – sobretudo – educar os jovens, há danos ao regime que se supõe democrático. Hannah Arendt, em *A condição humana*, esclarece que a esfera política é o lugar em que as pessoas agem em comum e a favor do que é comum, portanto do que não é disputável ou concorrente. Porém, há ciclos históricos em que a política se torna um conjunto de ideias gerais trabalhadas por círculos restritos de pessoas e corporações. Nessas ocasiões, ações de governo se expressam preferencialmente por meio de planos e programas. São eles úteis porque permitem desenhar ações no tempo e desdobrá-las em processos. Mas, a rigor, planos e programas sugerem e mesmo necessitam de planejadores e programadores. A política necessita de todos e os inclui.

Autores como Cavalcanti e Peci<sup>2</sup> mostram os motivos pelos quais a denominação de política ainda não se destaca nas ações fundamentais a favor do bem-comum:

“... a discussão de políticas para melhorar a gestão do setor público ainda não alcançou a prioridade necessária nem no âmbito do próprio governo nem no âmbito da sociedade, provavelmente porque ambos a consideram uma dimensão secundária da sociedade diante das prioridades de políticas finalísticas e de política econômica que ocupam agenda e espaço de discussão pública”. (p.33)

Há uma história que fundamenta tal comportamento. Durante a ditadura encabeçada pelos militares (1964-1985), planos e programas foram privilegiados. A citação do emblemático ministro Roberto Campos esclarece a posição:

“... entre simples declarações de política, programas de desenvolvimento e planos de desenvolvimento. No primeiro caso, ter-se-ia uma simples enunciação de uma estratégia e metas de desenvolvimento. Um programa de desenvolvimento compreenderia, além da definição de metas, a atribuição de prioridades setoriais e regionais e a formulação de incentivos e desincentivos relacionados com essas prioridades. Um plano de desenvolvimento avançaria ainda mais pela especificação de um cronograma de implementação, pela designação do agente econômico (público ou privado) e pela alocação de recursos financeiros e materiais. A palavra ‘projeto’ seria reservada para o detalhamento operacional de planos ou programas” (p.72)<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup>CAVALCANTI, Bianor Scelza e PECCI, Alketa. Além da (re)forma do aparelho do Estado: para uma nova política de gestão pública. **Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas**. Cavalcanti, Bianor Scelza, Ruediger, Marc o Aurélio e Sobreira, Rogério (organizadores). Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

<sup>3</sup>PEIXOTO, João Paulo M. (org.) **Governando o Governo**. Modernização da Administração Pública no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

O tipo de governo assumido no texto é o dos planejadores e dos programadores, não dos políticos, tidos como ultrapassados e corruptos. No entanto, estamos em processo de mudança, de afirmação duradoura da política (a despeito de tantos percalços e desrespeitos!) como resultado do trabalho dos diferentes agentes públicos a favor do bem-comum. Nesse sentido, Souza<sup>4</sup> nos ajuda a criar valor no conceito de políticas públicas: "...depois de desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e grupos de pesquisa. Enfim, depois de resumir as diversas tendências de pesquisa em políticas públicas, a autora menciona seus elementos principais: a intenção e o fazer dos governos, o envolvimento de diferentes atores, a abrangência, sempre ampla, o sentido de longo prazo, os processos subsequentes às decisões dos atores políticos e a diferenciação de política social, sempre mais focada nos resultados.

Portanto, quem prioriza a educação deve vê-la no coração da política estatal e, deste modo, valor central nas ações de governo e governança, entendidas sob transparentes e produtivas atitudes de colaboração, que conectam o governo da república ao menor município do país e a todos os segmentos sociais que acreditam na educação como processo de emancipação das pessoas e organizações. Nesta proposta se postula a experiência curricular como uma política educacional, criadora de comunicação na totalidade dos sistemas municipais, regionais e estaduais de educação. Portanto, carece-se de encetar novo acúmulo histórico do conceito de política e construir visões ampliadas de democracia, que voltarão a solidificar o valor cultural da política e, assim, ampliar seus diversos componentes dinâmicos: ações, agentes, representações e representantes, centralidade no bem-público e ampliação de direitos. Não haveria melhor campo para isso que na educação, lugar de acúmulos e mudanças. Para tanto, é necessário cuidar da massa crítica acumulada e nunca produzir falsas apostas e circunstanciais privilégios, como assumir formulações da OCDE e do Banco Mundial sobre educação em detrimento do acúmulo histórico da UNESCO e da OIT (e outras pessoas e instituições, nacionais e internacionais) sobre processos formativos das novas gerações, seus direitos e suas

---

<sup>4</sup>SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. **Políticas Públicas no Brasil**. Hochmam, Gilberto, Arretche, Marta e Marques, Eduardo (organizadores). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

responsabilidades históricas.

### **Por que curricular?**

Porque um currículo de estudos e experiências, ancorado no projeto pedagógico das comunidades, é o centro de uma governança educacional-escolar, bem como veículo de formação e emancipação de sujeitos sociais capaz de conectar-se a todo o sistema educativo. Currículo não pode - nem poderia - ser conjunto de conteúdos justapostos em razão de provas e exames; de fato, ele é a linguagem do fazer educativo no lugar social em que se ensina e se aprende. Lugar para ler o saber cultural do mundo e experimentar vocações comunitárias, locais e regionais. Portanto, suporte para o alcance do art. 205 da Constituição da República, isto é, “...pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Como linguagem, é expressão dos sujeitos educacionais, artífices da relação ensino-aprendizagem, é comunicação das culturas científicas, éticas e estéticas, assim como âncora para analisar e interpretar a realidade onde vivem e agem as pessoas e grupos sociais. Assim se pode entender a riqueza da pluralidade cultural do país prevista nos artigos 26, 26-A, 27 e 28 da Lei9394/1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Inverte-se, pois, a visão histórica de currículo: não é mera escolha e muito menos um mosaico de saberes pressupostos, mas sim o direito e o dever de construir soluções éticas, estéticas e científicas no interior da história comunitária e social. Por isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (texto básico para o Fluxo Curricular desta proposta), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica em 07/04/2010 e publicado no Diário Oficial da União em 09/07/2010 assinala:

“Na Educação Básica, a organização do tempo curricular deve ser construída em função das peculiaridades de seu meio e das características próprias dos seus estudantes, não se restringindo às aulas das várias disciplinas. O percurso formativo deve, nesse sentido, ser aberto e contextualizado, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas, também, conforme cada projeto escolar estabelecer, outros componentes flexíveis e

variáveis que possibilitem percursos formativos que atendam aos inúmeros interesses, necessidades e características dos educandos”. (p.22)

Em consequência, um currículo provê competências para a organização do fazer escolar e para as tomadas de decisão com vistas ao seu desenvolvimento continuado e suas formas criativas de avaliação e reorganização das experiências. Um currículo continuamente enriquecido de experiências exige avaliações também continuamente ricas de saberes e experiências. A centralidade dinâmica do currículo enseja o diálogo com expressões curriculares dos diversos níveis de estudos e experiências. Por isso, os estudos e pesquisas do ciclo pós-graduado e a educação básica poderão estabelecer novas e contínuas sinergias. Destarte, seu acúmulo na educação básica determinará os processos de avaliação e passagem para a inserção criativa no universo profissional, bem como para outros níveis e graus da educação contínua. Currículo é a conexão da linguagem do ensino-aprendizagem com a realização plena da educação das novas gerações. Por ele passam tanto as ações específicas do aprender e do ensinar quanto seus parceiros indispensáveis, a gestão educacional e a valorização plena do magistério. Lê-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

“A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos e plano de carreira, a qualidade do livro didático, recursos televisivos e de multimídia e disponibilidade de materiais didáticos. Mas essa qualificação almejada implica colocar, também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional da nação brasileira”<sup>5</sup>

A proximidade discursiva entre o conjunto de todos os valores e necessidades educacionais revela que a ideia de currículo é entendida como questão. Questão é problema, algo que incomoda os autores dos PCNs. Além disso, atividades de ensino e currículo são reivindicadas a entrar no centro do debate, pois supostamente não estavam ali, ao lado das questões comumente chamadas de *políticas*. Carece recriar o discurso! Os valores, as possibilidades, os

---

<sup>5</sup>PCN, vol. 1, Introdução, pp.13-14. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília: CNE, 2004, p.50.

desafios e os problemas educacionais encontram-se no lugar político primordial, no qual saberes, desejos, métodos e atitudes são conectados e se colocam a serviço da formação, da transformação das pessoas e da revitalização do ambiente comum. O currículo é o lugar melhor para evidenciar a sustentabilidade da educação no dia a dia do fazer escolar.

Decorre que são amigáveis ao currículo novas abordagens educacionais e políticas, pesquisas científicas, revoluções tecnológicas e mudanças físicas e humanas; sem dúvida, ele as incorpora crítica e criativamente. O mais importante, em tempo de ampliação e crítica do conhecimento, é que o currículo seja tanto transparente quanto construído comunitariamente; portanto perfeitamente ligado aos projetos pedagógicos comunitários. Por isso, em cumprimento ao que institui a LDB/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica do CNE, os Parâmetros Curriculares e as Propostas Pedagógicas tem dado um norte à educação básica ao afirmar, com base em princípios éticos, estéticos e políticos: "...a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes".<sup>6</sup>

Os estudos contemporâneos sobre currículo são abundantes, mas redundam em chaves de leitura. Por exemplo, em Ana Canen temos um sentido de necessidade: "... currículos que promovam a sensibilidade à pluralidade cultural e a desconstrução de discursos que silenciam ou estereotipam o outro".<sup>7</sup> Ora, quem lê com atenção as diretrizes curriculares para a educação básica do CNE não tem lugar a dúvida sobre a inteireza do sentido de currículo para a educação escolar, o que implica pensá-lo e concretizá-lo como tomada de decisão dos sistemas municipais, regionais e estaduais e suas comunidades, como ação educacional, como processo

---

<sup>6</sup> **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Brasília: CNE, p.50.

<sup>7</sup> Canen, Ana. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio. **Currículo: debate s contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 187.

de avaliação contínua e aperfeiçoamento da própria dinâmica curricular. Acrescenta o texto citado que um currículo instituído na experiência brasileira exige a articulação coletiva do conhecimento, fundamentada em suas raízes africanas, indígenas, europeias e orientais, atualizadas na historicidade política, econômica e cultural. Entende-se, pois, que quaisquer atos que busquem medir e compreender o ensino e a aprendizagem terão de ser abrangentes e historicizados na experiência, a partir dos valores de referência que instituem e constituem o currículo pelos sistemas educacionais e suas comunidades escolares.<sup>8</sup>

Estabelecida a centralidade do currículo e da própria educação na sociedade, o direito à qualidade educacional da escola básica brasileira institui componentes curriculares comuns e diversificados, que se comunicam nos projetos pedagógicos tanto pelas suas capacidades analíticas e interpretativas quanto pelo incremento da formação de educandos/as e educadores/as. Por certo, a constituição de sujeitos-cidadãos resultará de atitudes criadoras e criativas de educandos/as e educadores/as diante do conhecimento, que se apresenta nos componentes curriculares diversificados e comuns. Ações contínuas e qualitativamente crescentes de expressão, comunicação e análise da realidade nos espaços comunitários do fazer educacional levarão ao que a Constituição Federal, as Diretrizes e os Parâmetros asseveram: a universalização e a qualificação dos direitos das crianças e adolescentes sob um pacto nacional de responsabilidades compartilhadas.

### **Política Curricular como Linguagem Emancipatória**

Cabe ao educador e à educadora do Brasil, bem como às instituições dispostas a partilhar de uma política aberta e perene, mas certamente emancipada e emancipatória, considerado este tempo de avanços teóricos e empíricos e sob o estímulo da CONAE-2014, recuperar estudos e propostas, reler as diretrizes e os parâmetros e propor o contínuo enriquecimento da política curricular para a educação básica brasileira.

---

<sup>8</sup>**Diretrizes Curriculares Nacionais. Educação Básica.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004, p.56-57.

O eixo IV do Documento-Referência da Conae, que trata da qualidade da educação brasileira, conecta qualidade a transformação social e, ato contínuo, esclarece sua concepção de avaliação formativa, indutora da qualidade e da mudança social. Tal postura é necessária frente à presente arena de incompreensões a respeito de avaliação da educação básica, quase em grau de romper a relação entre avaliação e currículo. Segundo o texto: “É preciso pensar em processos avaliativos mais amplos, vinculados a projetos educativos democráticos e emancipatórios, contrapondo-se à centralidade conferida à avaliação como medida de resultado e que se traduz em instrumento de controle e competição institucional”. Para esclarecer mais: “A avaliação deve considerar não só o rendimento escolar como “produto” da prática social, mas precisa analisar todo o processo educativo...” O item 5.20 do Documento-Referência explicita a missão de todos os níveis de governo do país para construir efetiva qualidade educacional: “Desenvolver instrumentos específicos de avaliação da educação básica e suas modalidades, tendo em consideração as especificidades das propostas pedagógicas das escolas indígenas, das quilombolas, das dos povos da floresta, das dos povos do campo, das dos povos das águas e das comunidades tradicionais”.<sup>9</sup> Mais que nunca, pois, carecemos de ampliar nossos sentidos para a inteireza do sujeito que se educa e seu território de viver.

Apresenta-se a seguir um fluxo de diretrizes curriculares, uma linguagem de conceitos e ações educacionais capaz de se articular com os projetos pedagógicos das comunidades escolares e se expandir para todo o raio de influência das pessoas envolvidas na ação educativa. Talvez até a cidade!

### **Fluxo da Política Curricular**

**(Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação (Diário Oficial da União, 09/07/2010) e em Leituras da Experiência Contemporânea)<sup>10</sup>**

---

<sup>9</sup> Documento-Referência. Conae 2014, p. 52.

<sup>10</sup> O autor cita, sistematicamente, o documento do CNE, embora por vezes crie redação própria e acrescente resultados de sua elaboração, projetados na experiência contemporânea da educação. O texto usado foi o do parecer original da Câmara de Educação Básica, CEB, aprovado em 07/04/2010. A comissão foi formada por Adeum Hilário Sauer (presidente), Clélia Brandão Craveiro (relatora), Raimundo Moacir Feitosa e José Fernandes de Lima (membros).

**Nota.** *O fluxo se organiza como linguagem, isto é, feixe de significações para a vida das crianças, adolescentes e adultos da relação ensino-aprendizagem, o que nos aproxima dos atos de expressão e comunicação, que dão identidade ao que sempre fazemos na condição de educadores, educadoras, educandos, educandas e comunidade. Neste feixe são propostas quatro significações, não exclusivas e, no entanto, suficientes para uma política curricular aberta e inclusiva: 1. Os fundamentos para a elaboração dos projetos pedagógicos, fundamentados na longa história da construção dos campos de saberes da sociedade; 2. Os valores referenciais para a organização dos projetos, que explicam os desafios para o saber acumulado e as melhores decisões coletivas; 3. As estratégias para a concretização do currículo educacional, que sugerem a formulação de problemas e soluções, as conexões entre comunidade e sociedade e as possibilidades de integração das experiências; 4. As escolhas e as decisões sobre componentes pedagógico-curriculares, entendidos como saberes e experiências geridos pela comunidade. Fazendo elos e conexões (como valor de veiculação e de criatividade comunitária), realiza-se a linguagem, transversal ao feixe de significações educacionais. Sua vivência garante a expressão de sujeitos e fenômenos sociais, seus intercâmbios de comunicação e a análise compreensiva da realidade trabalhada e vivida.*

### **I - Fundamentos para a elaboração dos projetos pedagógicos**

- O estético

*Os atos de seleção e organização do conhecimento, do espaço, do tempo, da disposição vital e dos instrumentos de trabalho na comunidade escolar revelam o fundamento estético da educação e integram os sujeitos do ensino e da aprendizagem ao prazer de criar coletivamente, à alegria de compartilhar e à beleza de conquistar autonomia e liberdade.*

- O científico

*No espaço educativo das novas gerações, o conhecimento científico se realiza como compreensão e valorização da vida; sua ampliação cria valores no exercício continuado da cidadania. A atitude curiosa e crítica diante das tecnologias garante posicionamentos no interior*

*de processos de inovação e transformação.*

- O linguístico

*Cabe precisar vocábulos da educação e esclarecer seus sentidos. Uma matriz curricular não se confunde com uma grade curricular. Matriz é uma base interdisciplinar sobre a qual se movem campos de conhecimento humano e conjuntos de atividades de ensino-aprendizagem, trabalhados por projetos temáticos e metodologia participativa. A matriz comporta e estimula a diversidade dos objetivos, métodos, técnicas, saberes e avaliações, entendidos como linguagem (ou gramática) solidária e potencialmente inovadora.*

- O didático-pedagógico

*- Todos os passos da Educação Básica Brasileira, Infantil, Fundamental e Médio (crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos, ao lado dos adultos que retornam aos passos), segundo a nova redação da Emenda Constitucional 59/2009 ao inciso I do Artigo 208 da Constituição Federal, realizam-se de modo orgânico, sequencial e articulado.*

*- A proposta pedagógico-curricular da comunidade escolar, fundada em sua autonomia pedagógica e administrativa, se articula na infraestrutura e na valorização dos profissionais da educação para criar o espaço formativo comum e diversificado, disponível, ecológico, criativo e acessível.*

- O ético-político

*- A educação é direito individual e coletivo inalienável e, segundo a Lei 10.287/2001, são responsáveis pela sua realização escolar os diferentes atores da sociedade, que garantem o acesso, a inclusão, a permanência e o desempenho dos cidadãos e cidadãs estudantes, bem como a valorização profissional de todos e todas que partilham a ação educacional. O direito à educação constrói a consciência dos direitos humanos como fundamento para toda a ação de ensino e aprendizagem.*

*-O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) integra o direito à educação aos direitos à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito mútuo, à liberdade e à convivência familiar-comunitária. Eles resultam de*

*amplo e contínuo compromisso social.*

## **II - Valores referenciais para a organização das ações projetadas**

- As diversidades e as diferenças

*A diversidade dos sujeitos da ação educacional se expressa tanto pela realidade física, sensorial e socioemocional quanto pela origem, etnia, gênero, experiências, desenvolvimento físico-psíquico, crença, classe social e contexto sociocultural. Ela não é problema, mas sim a oportunidade humana e institucional de garantir às crianças, adolescentes e adultos o acesso, a permanência e o desempenho qualificado nos percursos formativos. A rigor, a diversidade é o princípio orientador da equidade entendida como direito e da qualidade como inovação social, cultural e científica.*

- A sustentabilidade e a saúde comunitário-planetária

*A sustentação dos fundamentos da educação se realiza na responsabilidade sociopolítica da comunidade que educa e se educa, a qual garante o movimento contínuo e saudável de promoção dos atores educacionais pelos passos da educação básica (infantil, fundamental e médio) enquanto prima pela afirmação da cooperação e da solidariedade na produção e na disseminação do conhecimento (local e global) sobre a natureza e a cultura. Assim também se sustentam os dois movimentos curriculares, o comum nacional e o diversificado, local-regional, sinérgicos e sustentados pela colaboração.*

- A inserção cidadã-profissional

*A inserção profissional se realiza a partir da garantia de todos os direitos comuns de aprendizagem e se desenvolve de modo articulado e integrado no sistema educacional (local, regional, estadual e nacional), em direção ao mundo do trabalho, nos termos do ECA, dos direitos trabalhistas e das disposições legais de flexibilidade de estudos e certificação.*

- A interconexão ensino-aprendizagem

*Entendidas como o centro da ação curricular, as relações de ensino-aprendizagem revelam a grandeza do acesso e da acessibilidade e a capacitação docente e sua presença criativa junto aos educandos, assim como sinalizam a adequação da infraestrutura e da gestão dos bens-comuns da educação. Entre os bens-comuns da educação estão: o tempo letivo, o espaço de usufruto, os materiais, os equipamentos, os projetos, a cultura comunitária, o entorno familiar-comunitário, a visão de futuro.*

- Os direitos humanos e cívicos

*-Entre as missões integradoras da comunidade escolar está a de construir uma cultura de direitos. No exercício e no acúmulo dessa cultura solidificam-se símbolos e valores indispensáveis ao exercício da responsabilidade e da cidadania.*

### **III - Estratégias para a concretização do currículo de estudos e experiências**

- Formulações

*O trabalho educacional desenvolvido por eixos/projetos temáticos permite a concretização da proposta pedagógica centrada na visão interdisciplinar, pois facilita a organização dos assuntos, de forma ampla e abrangente, bem como a problematização e o encadeamento lógico dos conteúdos; destarte, as abordagens selecionadas garantem a melhor análise/ou descrição dos temas e, em consequência, todo o processo de construção, disseminação, compartilhamento e avaliação do conhecimento.*

- Conexões

*Um projeto pedagógico sugere a construção de rede, quer local-regional, quer global. Daí a consciência de que o processo de comunicação entre estudantes, professores e comunidades é efetivado por meio de práticas e recursos tradicionais e por práticas de aprendizagem desenvolvidas em ambiente virtual. A ampliação das comunicações pode valorizar os atos de ensino-aprendizagem nos percursos formativos.*

#### - Integrações

*O fazer educacional se organiza de modo orgânico, sequencial e articulado, o que significa considerar a formação humana de sujeitos concretos, que vivem em determinado meio ambiente e em contexto histórico e sociocultural (que podem mudar!), com suas condições físicas, emocionais e intelectuais. Do mesmo modo, a base curricular nacional se integra à base diversificada do projeto pedagógico na construção dos sujeitos concretos. A construção, a implementação, o acompanhamento e a avaliação do projeto pedagógico exigem ampla participação das pessoas e das instituições comunitárias empenhadas na significação social e política da educação.*

#### - Avaliações

*As diversas ações educacionais de avaliação, internas e externas, individuais e coletivas, realizam-se de modo contínuo e atendem às significações do conhecimento construído, acumulado e disseminado nas relações de ensino e aprendizagem; do mesmo modo, consideram e cuidam das diferenças que constituem as experiências dos educandos e se dirigem à sua promoção e formação. A comunidade educacional também provê atividades de avaliação institucional com vistas a transparecer sua gestão social, superar dificuldades e avançar para novos e melhores alvos e metas.*

#### **IV- Decisões sobre componentes pedagógico-curriculares, do comum ao diversificado**

*Aquisição, Compartilhamento e Gestão Organizacional de:*

*Saberes*

*Conhecimentos*

*e Experiências em Língua Portuguesa e suas expressões culturais e literárias. Em Línguas Indígenas e suas expressões culturais e literárias. Em Línguas de Intercurso Global e suas expressões culturais e literárias. Em Matemática. No Mundo Físico, no Universo Natural e na Realidade Social, Econômica e Política por meio das distintas Ciências e suas sinergias (Sociologia, História, Geografia). Em Filosofia. Na História e na Cultura Afro-Brasileira. Nas*

*Diferentes Expressões Estético-Artísticas e sua fruição. Nos Direitos Humanos. Na Educação Física e nos Esportes. Na Educação Religiosa.*

*A aquisição, o compartilhamento e a gestão de saberes, conhecimentos e experiências para além da base nacional se desdobram a partir deste conjunto, mas também o ampliam e o enriquecem no todo das diversidades brasileiras e se realizam no projeto pedagógico das escolas. Para tanto, consideram tanto o tempo letivo e suas disposições legais, quanto os interesses, necessidades, desejos e possibilidades dos educandos, educadores e comunidades.*

### ***Linguagem para a dinâmica da organização pedagógico-curricular***

- Expressão (sujeitos e fenômenos)
- Comunicação (relações e conexões)
- Análise compreensiva (realidade lida e vivida)

*A linguagem (que não está numerada porque é um suporte para toda a ação) conecta pessoas, instituições, componentes curriculares e metodologias em situação de ensino e aprendizagem. Transversaliza e percorre as situações trabalhadas e vividas, de modo a construir símbolos e valores educacionais. Garante o acúmulo e a disseminação do conhecimento. A linguagem expressa o individual e o grupal, bem como efetiva o intercâmbio de significações (comunicação) e provê referências e competências para o trabalho analítico dos fenômenos naturais e culturais imersos no ensino e na aprendizagem. No fazer educacional, a linguagem pode significar a construção de um modelo de transparência social e de exercício individual e coletivo da cidadania. Noutras palavras, o conjunto de componentes pedagógico-curriculares, que se denominou historicamente de base comum nacional, precisa, com a urgência devida ao respeito para com as novas gerações, tornar-se bem-comum. Nesse lugar social poderá realizar-se uma nova linguagem - uma nova prática - da educação brasileira. Curricular é preciso! Os projetos pedagógicos das comunidades educacionais podem se constituir em novo marco da mudança e do esperançamento.*

Enfim, sugestões para a sequência de leituras dos/das educadores/as e gestores/as:

- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. CNE/CP 8/2012;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. CNE/CEB 13/2012;

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. CNE/CEB 16/2012;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. CNE/CEB 5/2011;
- Resolução 2, 28.04.2008. Estabelece diretrizes complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove) anos. CNE/CEB 11/2010.